



**ST5 – POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

**PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO COSIPLAN/IIRSA**

**TERRITORIAL PLANNING IN COSIPLAN/IIRSA**

Francisco Jorge VICENTE<sup>1</sup>, Aldomar Arnaldo RÜCKERT<sup>2</sup>

**Resumo:** O planejamento ganhou contornos mais elaborados a partir do século XVII e se utiliza das escalas geográficas como forma de abarcar os diversos níveis de poder e de gestão que atuam sobre a realidade concreta que operam na elaboração de processos de planificação. Utilizado nos EUA e na Alemanha durante o século XIX, ganhou dimensão com a Revolução Russa, através do planejamento centralizado da economia. Criticado por neoliberais, foi difundido pela visão keynesiana durante a vigência das políticas de Estado de bem-estar social, após a Segunda Guerra Mundial. A ideia do planejamento chegou na América Latina nas primeiras décadas do século XX e experimentou, até o momento, quatro períodos distintos: de origem e ascensão, até a década de 1990; de recuo e desmantelamento com o advento do Consenso de Washington; de retomada, a partir da virada do século, com a eleição de governos progressistas e de novo recuo pela retomada da hegemonia neoliberal na maioria dos governos da região, a partir de 2016. Utilizado por governos nacionais em planificações econômicas domésticas, ganhou expansão e reconhecimento como planejamento territorial multinacional com o lançamento da IIRSA, durante a I Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, em 2000. Com a fundação da UNASUL, em 2008 e, no ano seguinte, do COSIPLAN, a IIRSA foi por este incorporada. Atualmente, a retomada de governos da América do Sul por forças neoliberais provocou o desmonte da UNASUL e está causando novo retrocesso nos processos e nas estruturas de planejamento no continente.

**Palavras-chave:** Planejamento. Território. Neoliberalismo. Keynesianismo. COSIPLAN/IIRSA.

**Abstract:** Planning has taken on more elaborate shapes since the 17<sup>th</sup> century and uses geographical scales as a way to encompass the different levels of power and management that act on the concrete reality that operates in the elaboration of planning processes. Used in the USA and Germany during the 19<sup>th</sup> century, it gained dimension with the Russian Revolution, through centralized planning of the economy. Criticized by neoliberals, it was disseminated by the Keynesian view during the period of validity of state welfare policies after the Second World War. The idea of planning arrived in Latin America in the first decades of the twentieth century and has, so far, experienced four distinct periods: of origin and rise until the 1990s; of retreat and dismantling with the advent of the Washington Consensus; resumption, from the turn of the century, with the election of progressive governments and again of retreat by the resumption of neoliberal hegemony in most governments in the region, from 2016. Used by national governments in domestic economic planning, it gained expansion and recognition as multinational territorial planning with the launch of IIRSA, during the I Meeting of Presidents of South America, in

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia na UFRGS. E-mail: [chicojvicente@gmail.com](mailto:chicojvicente@gmail.com).

<sup>2</sup> Geógrafo; Doutor em Geografia; Professor do POSGEA e do PROPUR/UFRGS; Pesquisador CNPq; Coordenador do LABETER - Laboratório Estado e Território. E-mail: [aldomar.ruckert@ufrgs.br](mailto:aldomar.ruckert@ufrgs.br).



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Brasília, in 2000. With the foundation of UNASUR, in 2008 and, in the following year, from COSIPLAN, IIRSA was incorporated by it. Currently, the resumption of governments in South America by neoliberal forces has caused the dismantling of UNASUR and is causing a further setback in the planning processes and structures in the continent.

**Keywords:** Planning. Territory. Neoliberalism. Keynesianism. COSIPLAN/IIRSA.

## INTRODUÇÃO

O planejamento é realizado sobre determinada porção do território e de acordo com os conceitos e procedimentos que expressam o conhecimento e a prática que se tem deste ambiente. Em outras palavras, faz-se necessário definir a escala e suas variações (transescalaridades) e prever as modificações decorrentes a fim de se manter a homogeneidade e a concentração dos fenômenos e dos elementos a serem planejados, preservando seus campos de pertinência. A escala é, portanto, um elemento prévio à ação de planejamento. Esta escolha, que parte da compreensão da totalidade, mas que reconhece a impossibilidade de se planejá-la ou mesmo de representá-la em seu conjunto, leva à adoção do estratagema do “esquecimento coerente”, ou seja, a consideração de que “os elementos conservados da percepção original são em número consideravelmente menor àqueles percebidos, mas que sendo, no entanto, pertinentes, bastam para orientar uma ação determinada a realizar”. (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983, p. 128).

O planejamento territorial projeta o ordenamento do território e deve trabalhar com, no mínimo, três questionamentos: O quê, para quê e como se planejar. (PUJADAS e FONT 2008, p. 12). O planejamento territorial surgiu como resultado aos desafios que não tinham uma resposta adequada no marco do planejamento urbano ou da planificação setorial. Ele se vincula, de forma articulada, com outras modalidades de planejamento, como o planejamento urbano, com a planificação setorial, com a política regional e com o planejamento estratégico, nas mais diversas escalas.

O planejamento é, portanto, um procedimento que pode assumir diversas formas, dimensões ou feições. Quanto à forma, pode ser territorial ou setorial. Relativamente à sua multiescalaridade geográfica, se revela local, regional, nacional, podendo abranger porções ou a totalidade de um continente, internacional ou mundial ou ainda urbano, metropolitano. O planejamento pode ainda assumir feições ou modos participativo, sustentável, autocrático e cumprir funções de ocupação, regulação, desenvolvimento, dentre várias outras.

O planejamento evoluiu ao longo dos tempos, passando a se constituir num instrumento privilegiado de intervenção do Estado, muito embora os demais atores territoriais, tais como, as igrejas, as forças armadas, as empresas, os movimentos sociais, as ONGs e os cidadãos, dentre outros atores, também o utilizem.

Neste artigo, buscou-se, através da visita à várias obras sobre o tema, o breve traçado de uma evolução histórica sintética do planejamento, destacando sua chegada à América do Sul e sua posterior utilização, com abrangência continental pelo Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), órgão da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) que coordena a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a partir de uma abordagem



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

histórico-narrativa, enfatizando-se as consequências às estruturas de planejamento no continente, decorrentes da aplicação política de conceitos ideológicos subjacentes aos programas de governo na região nas últimas décadas.

## PLANEJAMENTO CENTRALIZADO, NEOLIBERALISMO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O primeiro país que aplicou o planejamento para a condução da sociedade foi a Rússia, em especial nos anos iniciais da Revolução Bolchevique (LIRA, 2006, p. 7). Durante seus anos iniciais, especialmente entre 1917 e 1930, não existiam experiências de planificação associadas às mudanças sociais. O desenho e a implementação deste processo se deram no contexto histórico no qual este país desenvolveu, a partir da reflexão teórica, a sua transformação radical de uma sociedade semifeudal à uma sociedade socialista.

O debate teórico se concentrou, inicialmente, na seguinte polêmica: o planejamento a ser implantado seria dirigido pelos preços de mercado ou por planejadores estatais. Esta controvérsia opôs Preobrazensky e Trotsky, de um lado, tendo Buchárin e Stálin, de outro. Os primeiros defendiam a rápida industrialização da economia soviética, alegando que era impossível transformar uma economia feudal e camponesa em economia industrial através dos sinais de mercado, na lógica de que o mercado e a planificação eram incompatíveis. Nos anos iniciais da revolução esta tese prevaleceu, entretanto, seus oponentes advogavam, até 1929, que a transição entre capitalismo e socialismo se daria por uma espécie de socialismo de mercado. Entre 1923 e 1929, o plano e o mercado coexistiram, tendo Stálin apoiado a ideia de Buchárin para a necessidade de seguir estimulando o *kulak* - camponês rico – na agricultura, adiando o desenvolvimento da indústria pesada e sua planificação. Em 1929, Stálin rompeu com Buchárin e declarou guerra ao mercado, levando Trotsky e Preobrazensky a levantar então a necessidade urgente de que os planos quinquenais se orientassem a acelerar a industrialização (LIRA, 2006, p. 8, com contribuição de THEURET<sup>1</sup>).

A experiência do planejamento na União Soviética e seus resultados históricos acendeu calorosos debates que até hoje se estendem e orientam políticas de diversos governos na região. Contrariando a ideia de que a Rússia teria sido a pioneira em matéria de planejamento, Friedrich Hayek, considerado por muitos como o pai do neoliberalismo, alega que a intervenção do Estado na economia com o propósito de sufocar a concorrência e estimular o monopólio já ocorrera, em países capitalistas, em período anterior:

Na realidade, apareceram pela primeira vez no último quarto do século XIX, em países relativamente jovens do ponto de vista da industrialização: os Estados Unidos e a Alemanha. Em especial neste último país, que veio a ser considerado modelo da evolução lógica do capitalismo, o surgimento de cartéis e sindicatos tem sido deliberadamente promovido desde 1878 pela política governamental (...). Foi lá que, com a ajuda do Estado, a primeira grande experiência de “planejamento científico” e “organização consciente da indústria” fez surgir monopólios gigantes, apresentados como consequências inevitáveis cinquenta anos antes que a mesma política fosse adotada na Inglaterra. (HAYEK, 2010, p. 67).



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

A partir de 1945, Hayek passou a militar, de forma obstinada, contra a ideia de planejamento, concentrando suas críticas ao planejamento centralizado da economia. Embora não se coloque de maneira frontal contra qualquer tipo de planejamento, Hayek ao se opor, de forma inflexível, contra o planejamento centralizado da economia, em especial, aquele experimentado na União Soviética, mutila metodologicamente o processo por entender que o planejamento pode interferir nas forças livres do mercado.

A lição do passado recente, cuja importância vem aos poucos sendo reconhecida, mostra que muitas formas de planejamento econômico, aplicadas de modo independente em escala nacional, tenderão a ser prejudiciais em seu conjunto, mesmo de um ponto de vista puramente econômico, produzindo, além disso, sérios atritos internacionais (HAYEK, 2010, p. 205).

Calcado na lógica da plena liberdade individual, o neoliberalismo se embasa no conceito do individualismo. A defesa do individualismo ao extremo é tão danosa, por um lado, como a intervenção estatal absoluta, por outro. A primeira privilegia quem tem capital inicial, poder acumulado ou capacidade de influência. A segunda também. Ambas são faces da mesma moeda do totalitarismo. A primeira, do mercado e a segunda, do Estado. Em ambas situações, quem sofre as consequências é a sociedade. A negação da organização, da solidariedade e da ação coletiva solapam as bases de qualquer processo democrático de planejamento. Resta, sem dúvida, o planejamento despótico, autocrático, construído em gabinetes por um ou por meia dúzia de burocratas, sejam de esquerda ou de direita. A ausência da participação dos atores envolvidos e que sofrerão as consequências do planejamento, deixam as ações de transformação do território, no caso de planejamento territorial, ao sabor das forças de mercado ou do arbítrio estatal.

Como método alternativo e diferenciado, cabe relembrar a experiência do Orçamento Participativo que teve início em Porto Alegre, nos governos do Partido dos Trabalhadores, em 1989, onde, ao invés da proeminência isolada do mercado ou do Estado na aplicação dos recursos orçamentários sobre o território, houve uma conjugação entre governo e sociedade, debatendo, definindo, planejando, executando, fiscalizando e avaliando a aplicação de parcela dos recursos públicos da cidade em ações definidas pela população em assembleias nos bairros e vilas.

A visão político-ideológica de Hayek, prisioneiro de uma paixão obstinada contra qualquer limitação ou regulação do mercado, vistas como atentado à liberdade, não apenas econômica, mas também política, o impede de perceber que não apenas socialistas defendem o planejamento, de matriz democrática. Com o fim da II Guerra Mundial, as políticas keynesianas, já utilizadas para enfrentar as consequências sociais e econômicas da Grande Depressão, iniciadas em 1929, se expandiram e, no curso da recuperação de direitos e dignidades do pós-guerra, conduziram à constituição do sistema de bem-estar social em diversos países da Europa, trazendo consigo uma valorização do planejamento. Estas ideias influenciaram diretamente os pioneiros do planejamento na América Latina.

A Política Econômica, que teve seu grande momento a partir da obra revolucionária de Keynes no campo de macroeconomia, implica no estudo das medidas de intervenção do governo na economia, visando o pleno emprego, o maior desenvolvimento econômico, a estabilidade monetária e a melhor distribuição da renda. Quando pensada em termos de longo prazo, e acompanhada de um sistema administrativo para executá-la, a Política



OBSERVADR







# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Econômica transforma-se em Planejamento Econômico (BRESSER-PEREIRA, 1976, p. 2).

Foi neste contexto histórico de debate que contrapunha a planificação centralizada ao planejamento como o conhecimento que precede e preside as ações em contextos democráticos, que o debate sobre planejamento se firmou na América Latina. Para se ter ideia da polêmica ideológica estabelecida à época, “se usava o termo programação como sinônimo de planificação ou planejamento, para evitar correlações com o exercício da planificação em países europeus do bloco socialista, pois podiam dar lugar a confusão na região” (MARTNER e MÁTTAR, 2012, p. 9).

## FASES DO PLANEJAMENTO NA AMÉRICA LATINA

É possível identificar, até aqui, quatro fases do planejamento na América Latina. A primeira, de implantação e ascensão, a partir do final da II Guerra Mundial e influenciada tanto pelo planejamento centralizado soviético quanto pelas ideias keynesianas, a segunda de forte recuo provocado pelas concepções neoliberais do Consenso de Washington, a terceira, de retomada, com as concepções progressistas e anti-neoliberais, defendidas pelos governos de diversos matizes de esquerda que ocuparam os comandos de países sul-americanos nas primeiras décadas do século XXI e a quarta e atual, de novo recuo, iniciada pela retomada da hegemonia neoliberal na maioria dos governos da região, a partir de 2016.

### Origens e Ascensão

A ideia de planejamento teve início na América Latina nos anos 1920 pelas mãos de Luis Munhoz Maluschka, seguidor da escola alemã de planejamento, inspirado em Kurt Brüning e Karl Brunner (PAVEZ, 2012).

Tanto a Grande Depressão, em 1929, quanto a II Guerra Mundial, dez anos depois, interromperam a dinâmica das economias capitalistas desenvolvidas e desarticularam o sistema de relações econômicas internacionais pré-existentes. Este quadro contribuiu para o abandono progressivo das concepções liberais que reduziam as ações dos governos a determinadas funções básicas, levando a uma revisão do papel do Estado em matéria de regulação dos mercados e redirecionamento da atividade produtiva.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a retomada das correntes de comércio e seu rápido crescimento representaram, para os países latino-americanos, um sério desafio, impondo a aplicação de altas tarifas alfandegárias e inúmeras políticas de proteção, para estancar déficits correntes na balança de pagamentos que estavam elevando em demasia a dívida pública. Ao mesmo tempo, o aumento das taxas de fecundidade e a diminuição das taxas de mortalidade, vinculadas aos avanços e à difusão da atenção à saúde, causavam fenômenos demográficos de grande magnitude. Isto coincidiu como o aumento da migração do campo para a cidade e com o conseqüente aumento das necessidades de infraestrutura urbana, além do aumento da procura por emprego nas cidades. Com isto, os governos passaram a sofrer pressão de novos grupos sociais e de interesses econômicos. Neste contexto surgiram os sistemas de planificação, buscando incidir



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

no desenvolvimento econômico e social dos países (LAVALLE, 2010, p. 10-11).

A Carta de Punta del Leste e seu mecanismo principal, a Aliança para o Progresso<sup>ii</sup>, que condicionava a ajuda internacional à preparação e implementação de programas de desenvolvimento econômico e social, levou quase todos os países da região a constituir uma institucionalidade planejadora em nível nacional na forma de ministérios, escritórios ou conselhos de planejamento (ESCUADERO, 2014, p. 9).

Neste período, no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), constituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 25 de fevereiro de 1948, foi criado, em julho de 1962, o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES). Sua produção sobre planejamento na região é, até hoje, intensa e qualificada, tendo fincado as bases concretas para a constituição de uma mentalidade de planejamento nos países da América Latina e do Caribe.

Embora, preliminarmente, os planos se desenvolvessem por país, com enfoque no desenvolvimento da indústria manufatureira, na elevação da produtividade e produção agrícola, na provisão de energia, na ampliação e melhoria dos serviços de transporte e comunicação, as políticas financeiras não apareciam como prioridade. Na primeira metade dos anos 1970, os planos passaram a enfatizar a consistência macroeconômica. A instabilidade dos preços dos produtos primários, aliada à aleatoriedade das correntes de financiamento externo, à debilidade das políticas fiscais, à precariedade dos mercados financeiros privados e à instabilidade de preços somados à oposição de setores que tiveram suas expectativas frustradas, criaram muitas dificuldades para o êxito dos planos estabelecidos (LAVALLE, 2010, p 14-17).

As crises do petróleo, ocorridas na década de 1970, pressionaram as políticas keynesianas e abriram caminho para as ideias neoliberais, fermentadas por Hayek e seus seguidores desde a década de 1940. A partir deste período, o modo de gestão capitalista começou a sofrer uma mudança hegemônica com a eleição de Margareth Thatcher, na Inglaterra, em 1979, seguida por Ronald Reagan nos EUA, em 1981, levando este país e todos os governos europeus, um após outro, a entrarem na mesma linha. Em decorrência, o planejamento na América Latina sofreu as consequências da visão liberal ortodoxa da economia e da política e experimentou um importante retrocesso.

## Recuo

O recuo do planejamento na América Latina começou nos anos 1970 e se ampliou na década seguinte, no rastro da crise da dívida externa. Estas condições foram ainda mais deterioradas durante os anos 1990 por conta do predomínio das ideias do Consenso de Washington (CW), de inspiração neoliberal, quando, em alguns casos, as estruturas institucionais de planejamento foram desmontadas.

A estratégia do imperialismo estadunidense a época, adotou políticas distintas para a América Latina e para a Ásia, por conta da presença de governos de corte socialista, ou fortemente contrapostos ao governo dos Estados Unidos, no extremo oriente, tais como a Coreia do Norte,



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

que fora fundada em 1948 e a China, cuja revolução se dera em 1949, além da presença da União Soviética, muito embora com seu processo revolucionário já completamente degenerado. Na América Latina, já fora efetivada a contenção da expansão da revolução cubana com a morte de Che Guevara, na Bolívia, em 1968, embora houvesse sinais de possíveis futuras revoltas através de movimentos revolucionários na Nicarágua e em El Salvador. Entretanto, para os Estados Unidos, a preocupação maior se encontrava no continente asiático.

Nesta perspectiva, enquanto na América Latina, as ações do Consenso de Washington, desmantelaram o setor manufatureiro, provocando um processo de reprimarização das economias nacionais, fazendo-as recuarem à posição de meros exportadores de *commodities* numa política que se poderia denominar “desconvite ao desenvolvimento”, na Ásia e na Europa, alguns países receberam investimentos e fomento à industrialização advindos do Estados Unidos, no curso do programa denominado “Desenvolvimento a Convite”.<sup>iii</sup>

Por causa das políticas do CW, as ações públicas de Estado na América Latina, perderam espaço, em termos econômicos e sociais, na medida em que os interesses de setores privados conduziram a intervenções estatais, privilegiando o rentismo, a especulação e a corrupção, em detrimento de questões sociais.

Os planos de ajuste foram condicionados pelos bancos credores à aprovação do Fundo Monetário Internacional criando mais dependência e mecanismos de submissão dos governos da região aos centros internacionais de poder. A abertura indiscriminada das economias acentuou as desigualdades sociais provocando desemprego e inflação. Por ter como base o neoliberalismo, os gestores do CW priorizaram medidas de curto prazo, desprezando estruturas e processo de planificação, desmantelando instituições de fomento e políticas de planejamento de médio e longo prazos.

Na visão neoliberal, o Estado não precisa de sistemas de planificação para orientar o desenvolvimento econômico e social. A “mão invisível do mercado” seria suficiente para guiar as políticas econômicas. O Estado pode ser mínimo e o mercado gigante e autônomo. Porém, a partir de 1998, governos de corte anti-neoliberal se elegeram em diversos países da América do Sul, mudando o curso da História.

## Retomada

O fracasso das políticas do CW impostas aos países da América Latina, resultaram em aumento da pobreza, do desemprego, da informalidade, da desigualdade social, desmonte das estruturas de planejamento e redução da capacidade industrial instalada. Argentina, México, Peru e Chile fecharam completamente suas estruturas de planificação e as consequências foram enormes. Em 2002, o percentual populacional abaixo da linha de pobreza na região era maior que em 1980 (LAVALLE, 2010, p. 100-103). O crescimento médio do PIB per capita na América Latina e no Caribe entre 2002 e 2013, sob gestão progressista, foi de 2,3%, mais que o dobro dos anos 1990, sob gestão neoliberal, que fora de 1% e muito maior que os da década perdida de 1980, embora abaixo dos níveis históricos das décadas de 1950 e 1960 e também muito inferior à média das economias do sudeste asiático (MÁTTAR e PERROTTI, 2014, p. 11).



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Com os governos progressistas e anti-neoliberais, na primeira década do século XXI, o planejamento voltou a ser valorizado, focando em políticas para a transformação produtiva e para o combate às desigualdades sociais, baseado em processos produtivos de maior valor agregado e conteúdo tecnológico, embora, em muitos países da região, por conta da correlação política de forças, ainda tenha persistido um enfoque nas políticas que visam o fortalecimento dos mecanismos autônomos do mercado, conferindo um papel limitado aos processos de planificação.

## Novo Recuo

Assim, as dificuldades inerentes à consolidação de uma alternativa de mais longa permanência por dentro do sistema hegemônico, aliadas aos erros na política econômica e processos de corrupção, levaram ao esgotamento do período progressista e anti-neoliberal na América do Sul, permitindo a reorganização de setores conservadores, neoliberais e até de corte fascista e autoritário. Neste curso, Macri se elegeu na Argentina, em 2015, Dilma sofreu um golpe parlamentar, no Brasil, em 2016 e, a partir daí, a hegemonia regional pendeu para o lado da direita conservadora na política e neoliberal na economia.

A partir deste momento, o processo de integração da UNASUL, de corte progressista e que propugnava pela autonomia regional se dividiu e as atividades e reuniões coordenadas pelo COSIPLAN foram paralisadas. As ações de planejamento territorial foram abruptamente abandonadas e a lógica integral de mercado voltou a vigorar. Alguns projetos da IIRSA, por já terem orçamento ou estarem em execução foram mantidos, porém o planejamento de futuro deixou de ser conjuntamente elaborado. Novamente, o neoliberalismo provocou um grande retrocesso em termos de planejamento territorial na América Latina.

As eleições no Brasil em 2018, levaram ao poder um grupo ideologicamente subordinado às políticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, hostil aos processos de integração regional, com ataques ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e à UNASUL. Na Venezuela, a crise se aprofundou e, na atualidade, aquele país vive um cerco institucional e político, promovido por diversos países da Europa e das Américas, embora conte com o apoio da Rússia e da China. O que está em disputa são as reservas minerais, em especial, petróleo, gás natural, alumínio e ouro, embora na Argentina, forças progressistas tenham retornando ao comando do governo.

Cabe então agora, pesquisar como o planejamento se desenvolveu na esfera regional, em especial, no âmbito da integração da América do Sul, especificamente na área de domínio das ações de integração física do continente, realizadas pelos projetos da IIRSA, integrada ao COSIPLAN, enquanto o processo de integração da UNASUL subsistiu na região.

## GLOBALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

A retomada do planejamento na América Latina, após o fracasso do Consenso de Washington, veio acompanhada de dois movimentos de largo espectro, a globalização e as integrações regionais, forçando a abertura das fronteiras políticas e econômicas para facilitar e incrementar as rotas de fluxos de capitais em busca de novos espaços para ampliar sua acumulação.



OBSERVADR







# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

A globalização pode ser entendida como a mundialização de mercados e de recursos estratégicos e trouxe consigo uma reorganização internacional da produção. Na medida em que ampliou a margem de manobra do território, remodelando estruturas, redesenhando fronteiras e redefinindo escalas geográficas de poder e de gestão, permeia os poros do terreno e sobre ele atua de forma direta. A globalização não é um movimento sem direção, ao contrário, atende de forma direta ao processo de acumulação de capital, expandindo áreas geográficas e comprimindo espaços e tempos, de forma dialética e contraditória, na busca de construção de melhores condições para investimentos, produção e escoamento de novos produtos, estimulando assim o aumento de giro e de concentração do capital. Diz Milton Santos (2000) que a atual onda de globalização é perversa, na medida em que aumenta as desigualdades sociais, segmenta e captura mercados, além de acelerar o processo de destruição da natureza. Seu objetivo, ou melhor, o objetivo de seus condutores, é a construção de um único espaço unipolar de poder, através da tirania do dinheiro e da informação e produzida pela concentração de capital e de poder.

O poder crescente das empresas privadas reordenou a organização política do espaço. Agora, o Estado luta para manter seu poder político sobre o espaço em oposição ao poder econômico exercido pelas grandes empresas. Nas décadas de 1960-1970, auge dos processos de planejamento territorial no âmbito nacional, a política de desenvolvimento regional transferia a expansão de serviços e de indústrias do centro do sistema para a periferia. Com a globalização, o Estado perdeu seu poder de decisão para a localização das grandes empresas. Elas se instalam onde a sua estratégia indica. Como a estratégia do Estado passou a ser a sua inserção, via de regra, de forma subordinada, à economia mundial, a sua preocupação deixou de ser com a região-problema em seu interior, debilitando-se, assim, os organismos de desenvolvimento regional criados em décadas anteriores (BECKER, 1983, p. 22-24).

Estes movimentos verticais, criam dinâmicas que atravessam os territórios em forma de linhas de forças, travestidas em projetos geopolíticos e/ou geoeconômicos alóctones, concebidos e articulados desde fora, com interesses alheios aos Estados nacionais e com o objetivo de se apoderar de unidades produtivas locais rentáveis, acessar insumos nativos raros, escoar a produção de matérias-primas e outros produtos de forma rápida e barata, disputar conceitos e corromper culturas locais, derrotar movimentos de resistência e, quase sempre, construir canais desregulamentados para exportar capitais líquidos para o centro do sistema capitalista. Diz Piketty (2013, p. 789-790), apoiado em conclusões de Dani Rodrik, que: “o Estado-nação, a democracia e a globalização constituem um trio instável no século XXI (um dos três deve ceder aos outros dois, ou pelo menos em parte)”.

Ceceña (2014) corrobora esta percepção ao afirmar que dentro da lógica de dominação de espectro completo sobre a América, são os capitais que impõem as regras, marcam dinâmicas corrompem governos e se apoderam do território. Esta autora considera o COSIPLAN-IIRSA como o mais ambicioso projeto de infraestrutura de que a América tem memória, se induzindo através dele uma nova geografia que traça um novo mapa político interno, com novas fronteiras e novas normatividades, estando inserido numa estratégia hegemônica em conjunto com várias outras ações, tais como, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, o Plano Puebla-Panamá, o Plano Colômbia, dentre outros, que visam redesenhar as rotas, os mecanismos e as variantes da consolidação do Estados Unidos como o líder indispensável, a potência hegemônica indiscutível.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Com características voltadas à disputa contra-hegemônica estadunidense e no intuito de intensificar a coesão política interna dos países sul-americanos, a UNASUL, no entendimento de Rückert e Carneiro Filho (2018, p. 16), resgatou as ideias integracionistas do século XIX e projetou a América do Sul como uma região geopolítica. A incorporação da IIRSA pelo COSIPLAN, superou a mera visão da integração física para “entendimentos de que investimentos providos de diversas escalas de poder e gestão poderiam mudar os usos políticos e econômicos do território sul-americano tanto de regiões desenvolvidas quanto das periféricas e subdesenvolvidas”.

Nas experiências pioneiras de integração na América Latina, tanto na ALALC quanto na ALADI, predominou a expressão comercial de curto prazo em detrimento da planificação. Os dois modelos sustentavam a intensificação das relações comerciais entre os países da região através da liberalização do comércio sem, no entanto, alterar a estrutura institucional interna de nenhum de seus membros. Diz VIEIRA (2015, p. 34) que: “só o incentivo de preço pode não bastar para induzir a iniciativa privada a localizar novas plantas em um país qualquer, em vez de outro. É necessário, para isso, que haja alguma forma de planejamento supranacional, e o correspondente arcabouço institucional”. Entretanto isto nunca ocorreu no âmbito destes dois processos de integração regional. Elementos desta natureza e ainda de forma bastante tímida e incompleta vieram a ocorrer com a formação do MERCOSUL, em 1991 e ganharam um patamar de planejamento territorial com a IIRSA, em 2000.

## PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO COSIPLAN/IIRSA

Na virada do século, os países da América do Sul eram governados por mandatários eleitos que haviam aderido à pauta neoliberal e submetido seus países aos ditames do Consenso de Washington já claramente debilitado e com resultados nefastos previstos. O lançamento da IIRSA visava abrir canais para escoamento dos produtos da região e se coadunava com as premissas da globalização em franco avanço. Na época, os Estados Unidos ainda tentavam transformar todo o continente em uma grande área de livre comércio, a seu dispor, em função das enormes assimetrias existentes, embora percebessem que a resistência ao projeto neocolonial, conhecido como Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), estava enraizada, o que, inclusive levou ao seu derradeiro sepultamento em 2005. A IIRSA foi lançada em agosto de 2000, em Brasília, durante a primeira reunião dos Presidentes da América do Sul, através do documento intitulado, “Comunicado de Brasília”. Este documento foi elaborado por técnicos do Banco Interamericano (BID), com aportes do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e do Fundo de Desenvolvimento Financeiro da Bacia do Prata (FONPLATA), tendo chegado pronto para a reunião. Com a sua incorporação ao COSIPLAN, a partir de 2011, a condução político-estratégica passou a ter, em tese, maior presença dos atores nacionais enquanto o papel do BID, CAF e FONPLATA passou a ser de caráter mais técnico e de financiamento dos projetos.

Relativamente à escala dos agentes de financiamentos dos projetos da IIRSA até 2017, 83% dos projetos da carteira global eram nacionais, 16% binacionais e 1% multinacionais. Assim, 60% dos investimentos eram públicos, 25% dependiam de iniciativas público-privadas e somente 15% provinham do setor privado. Relativamente à composição setorial, 90% dos projetos se referiam ao setor de transportes com um orçamento de 72%, enquanto os projetos de energia somavam 28% dos recursos.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Mapa 1 – Projetos API 2022.



Elaborado pelo autor e diagramado por Tito Lívio Barcellos Pereira.

## REFERÊNCIAS:

- 01- Estrada Paita – Tarapoto – Yurimaguas, portos e hidrovias
- 02- Estrada Callao – La Oroya – Pucallpa, portos e hidrovias
- 04- Corredor Rodoviário Caracas – Bogotá – Buenaventura – Quito
- 05- Interconexão Fronteiriça Colômbia – Equador
- 07- Centro Binacional de Atenção de Fronteira (CEBAF) Desaguadero
- 08- Autopista do Sol: Melhoramento e reabilitação do trecho Sullana – Água Verde
- 13- Linha de Transmissão 500 kV (Itaipú – Assunção – Yaciretá)
- 20- Desvio de Nueva Palmira, adequação da rede de influência direta e sistema de acessos terrestres ao porto
- 23- Passo de Fronteira Infante Rivarola – Cañada Ururu
- 25- Gasoduto do Nordeste Argentino
- 26- Construção da Ponte Internacional Jaguarão – Rio Branco
- 28- Corredor Ferroviário Argentina – Uruguai – Brasil
- 29- Otimização do Passo de Fronteira Sistema Cristo Redentor
- 31- Conexão Porto Velho – Costa Peruana



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Em 2017, o COSIPLAN procedeu uma avaliação da carteira de projetos, onde registrou um total de 562 projetos com um investimento previsto de 198,9 bilhões de dólares. Deste total, 409 projetos, somando 150,4 bilhões de dólares, encontravam-se em atividades e 153 projetos com um valor de 48,5 bilhões de dólares haviam sido concluídos. Os conclusos representavam 27% de projetos e 24% de recursos.

Nesta reunião, a carteira de projetos prioritários (API) foi revisada, conformando-se dois grupos de projetos, o primeiro com finalização prevista para 2022 e o segundo com data de conclusão prevista para 2027. Os projetos que não se enquadrassem nestes critérios deixariam de ser prioritários. Como resultado da análise de atualização da API, 14 projetos (com 42 obras ou projetos individualizados) dos 31 projetos priorizados em 2011, seriam concluídos antes de 2022, 12 em 2027 e cinco retornariam à carteira normal. (COSIPLAN, 2017). Os mapas 1 e 2 são os últimos com planificação territorial produzidos pelo COSIPLAN/IIRSA<sup>iv</sup>.

Dos 14 projetos previstos no Mapa 1, sete foram concluídos (projetos 7, 13, 20, 23, 29 e 31); seis estão em execução (projetos 2, 4, 5, 8, 25 e 28) e um encontra-se na fase de pré-execução (projeto 26), de acordo com notícias da imprensa, na medida em que as informações da IIRSA estão desatualizadas desde 2017. Cabe ressaltar dois projetos estruturantes do setor energético: 1) a conclusão da Linha de Transmissão Villa Hayes-Yaciretá, dará ao Paraguai maior autonomia nas negociações com o Brasil, em 2023, na revisão do acordo de Itaipu Binacional; 2) a construção do Gasoduto do Nordeste Argentino, cujo projeto foi anunciado em 2003, já teria gasto 2,3 bilhões de dólares e sofreu modificações em sua planta durante a sua construção, pelo governo Macri, em 2018. De acordo com notícia do sítio eletrônico Más Energía, em 8 de junho de 2020, durante visita do atual presidente, Alberto Fernández às obras na Província de Formosa, a Empresa Integración Energética Argentina (IEASA) retomou a análise dos trabalhos e do orçamento necessários para sua finalização. A maioria dos doze projetos previstos no Mapa 2, com previsão de término em 2027, estão nas fases de execução e pré-execução não se encontrando, ainda, nenhum concluído.

Pode-se ressaltar que o COSIPLAN/IIRSA, de fato, alcançou resultados importantes na construção de uma carteira de projetos de infraestrutura, gerando um estoque de conhecimento sobre os principais gargalos e potencialidades da região, embora ainda tenha dificuldades na mobilização de recursos técnicos e financeiros da cooperação regional, no desenvolvimento e integração efetiva da infraestrutura e na harmonização de sistemas de normatização setorial (COSTA e GONZÁLES, 2015, p. 51).

Em abril de 2018, seis países, dos doze que compõem a UNASUL, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru, anunciaram a suspensão de suas atividades no bloco, como forma de se contrapor a um impasse gerado pela nomeação do argentino José Octávio Bordón, como Secretário-Geral da UNASUL.

Na decorrência desta crise, a Colômbia anunciou em 2018 a decisão de deixar a UNASUL. Em março de 2019, o governo equatoriano, pediu a devolução da sua sede que se localizava na sua capital, Quito. Atualmente apenas cinco países, Bolívia, Guiana, Suriname, Uruguai e Venezuela permanecem na paralisada UNASUL.



OBSERVADR







# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Em 22 de março de 2019, por convocação do Presidente do Chile, Rafael Piñera, foi lançado o Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL) com a participação de oito países, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru. Destes, apenas a Guiana se mantém vinculada à UNASUL. Em 16 de março de 2020, ocorreu uma reunião virtual do PROSUL, para tratar da pandemia do novo coronavírus, na qual, Alberto Fernandes, questionou a exclusão da Venezuela.

A divisão da UNASUL com a consequente paralisação da IIRSA é um desserviço para o planejamento territorial regional. O PROSUL ainda não disse claramente a que veio, muito embora a linha ideológica que o orienta seja a mesma que foi protagonista das ações que provocaram o recuo do planejamento na América do Sul na última década do século passado.

Mapa 2 – Projetos API 2027



Elaborado pelo autor e diagramado por Tito Lívio Barcellos Pereira.

## REFERÊNCIAS:

06- Sistema de Conectividade de Passos de Fronteira Colômbia – Venezuela



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

- 09- Desenvolvimento territorial para a integração de fronteira e conectividade Salvador Mazza – Yacuiba
- 10- Desenvolvimento territorial para a integração de fronteira e conectividade La Quiaca – Villazón
- 12- Conexão Rodoviária Foz – Ciudad del Este – Clorinda
- 15- Rota Boa Vista – Bonfim – Lethem – Linden - Georgetown
- 16- Rotas de Conexão entre Venezuela, Guyana e Suriname e construção da Ponte sobre o Rio Corentine
- 17- Melhoramento da navegabilidade dos rios da Bacia do Prata
- 21- Hub Aeroporto Internacional Viru Viru – Santa Cruz
- 22- Melhoramento da conectividade rodoviária no Eixo Interoceânico Central
- 24- Corredor Ferroviário Bioceânico de Integração (trecho boliviano)
- 27- Transporte Multimodal no Sistema Lagoa Mirim e Lagoa dos Patos
- 30- Túnel Binacional Água Negra

Um processo de integração regional, mesmo num padrão não tradicional, com estrutura de funcionamento intergovernamental e com forte autonomia de ação de seus integrantes, como era o caso da UNASUL, exige, ao menos um esboço de compromisso com os objetivos estratégicos do bloco, por parte de seus membros. As fortes diferenças políticas e ideológicas de seus associados, somadas às linhas de força advindas do governo dos Estados Unidos, através do seu amplo espectro de dominação sobre as Américas, contribuíram para a desunião. De 2003 a 2016, a esquerda progressista e anti-neoliberal realizava uma ligeira hegemonia sobre o bloco. Após este período, a direita conservadora e neoliberal recuperou o comando de governos na região, causando uma reacomodação de forças, embora, na Argentina, com a eleição de Alberto Fernández, em 2019, esta correlação de forças tenha voltado a se alterar um pouco, sem, no entanto, ser capaz de fazer o ambiente político retornar ao patamar anterior.

## AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO ATUAL

Se o modelo neoliberal deposita toda sua confiança no livre funcionamento dos mercados domésticos e internacionais e entende que as intervenções públicas só criam distorções, o anti-neoliberal se apoia na convicção de que o crescimento econômico e a dinâmica do desenvolvimento passam por uma transformação produtiva que o mercado não tem condições de impulsionar. Segundo Iglesias (2006), este “novo conceito de Estado”, precisa dar impulso ao desenvolvimento da capacidade produtiva instalada no país, formular políticas de inserção internacional e de integração regional, instituir marcos legais e regulatórios que viabilizem a eficiência do mercado e atue em cooperação como o setor privado, além de promover a inovação tecnológica. No plano mais institucional, o Estado seria chamado a promover grandes consensos nacionais impulsionados pelos conselhos econômicos e sociais que permitam a construção de acordos entre governo, empresas privadas, sindicatos e sociedade civil.

Entretanto, ainda segundo este autor, para que estes objetivos sejam alcançados, é necessário que haja um sistema democrático sólido, um serviço público profissional com um marco normativo e institucional apropriado, capacidade fiscal para captar recursos e inteligência para gerir os planos traçados e a acomodação harmônica da racionalidade técnica com a racionalidade política.

Atualmente, os processos de planejamento propugnam por um desenvolvimento integral, valorizando o meio ambiente e buscando garantir direitos econômicos e sociais e não somente o crescimento econômico. Os movimentos e instituições progressistas de nível internacional têm influenciado os processos de planejamento. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM),



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

instituídos pela ONU e adotados por 191 de seus membros, em setembro de 2000, estimulam a visão de longo prazo e destacam objetivos sociais que promovam mudanças estruturais para romper padrões de pobreza e desigualdade persistentes. A proliferação de processos de integração regional, que se multiplicaram na América Latina a partir dos anos 1990, também induzem os processos de planejamento (MÁTTAR e PERROTTI, 2014, p. 45-46).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A planificação, de forma mais técnica e ordenada, se consolidou a partir do surgimento do Estado-nação, no século XVII, como meio de expansão e dominação de territórios. Nos séculos seguintes incorporou a economia e, a partir da década de 1960, agregou elementos relativos à conservação e proteção do meio ambiente.

O planejamento foi alçado à escala internacional com a Revolução Russa, em 1917, onde se aplicou um modelo de planejamento centralizado da economia, provocando um debate que contrapôs os modelos de planejamento soviético, neoliberal e social-democrático, tendo se expandido com a expansão da visão keynesiana do Estado de bem estar social.

No contexto histórico desta disputa conceitual e ideológica, o planejamento chegou à América Latina no pós-Segunda Guerra Mundial e foi adotado por diversos governos nacionais, tendo experimentado quatro fases: de implantação e consolidação, de recuo, de retomada e de recente novo recuo, estando hoje numa situação instável e indefinida. A criação do PROSUL e o desmonte da UNASUL, provocaram uma paralisia nas ações de planejamento territorial do COSIPLAN/IIRSA que desde janeiro de 2018, não produziu mais reuniões de gerenciamento e nem relatórios de gestão das suas ações.

Sem uma postura de autonomia política e ideológica dos países sul-americanos, a efetiva integração do continente e seu conseqüente fortalecimento enquanto ator importante no cenário mundial, continuará sendo uma tarefa difícil e longe de ser alcançada. Enquanto uma integração regional democrática e efetiva, o planejamento territorial e a autonomia política não se consolidarem como compromissos de Estado na região, os governos de plantão submeterão projetos estratégicos e de longo prazo a seus desígnios momentâneos e ideológicos, causando instabilidades políticos-institucionais e interrupção de projetos comuns, de corte comunitário, que poderiam levar o subcontinente sul-americano à condição de uma região geopolítica, tal como se desenhava, de forma incipiente, nos desígnios da UNASUL.

As frequentes crises do capitalismo e da civilização, tais como a crise mundial de 2008 e a recente pandemia do coronavírus, respectivamente, têm fortalecido a ideia de que o Estado é cada vez mais necessário para a promoção do desenvolvimento, não podendo o mesmo ficar somente ao sabor dos humores do mercado. Por fim, cresce também a visão de que o planejamento territorial, por abarcar o conjunto dos atores, das formas, das funções, dos processos e das estruturas, assentadas no território, é mais adequado para ordenar o território e impulsionar o desenvolvimento regional.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

## REFERÊNCIAS

- BECKER, B. K. El uso político del territorio. Consideraciones a partir de una visión del tercer mundo. **Revista Geográfica da América Central**, n. 17-18, p. 13-26, 1982-1983.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Da macroeconomia clássica à macroeconomia keynesiana**. Apostilha, originalmente publicada em abril de 1968, com versão revisada em maio de 1976. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1985/962a-Da-macroeconomia-classica-a-keynesiaa-1976.pdf>. Acesso em: fev. 2019.
- CARGNIN, A. P. A dimensão territorial do planejamento governamental: políticas de desenvolvimento regional no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v. 6, n. 1, p.13-32, jul./dez. 2012.
- CECEÑA, A. E. La dominación de espectro completo sobre América. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 8, n. 2, p. 124-139, 2014.
- CORREA, R. L. e GOMES, P. C. C. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 1995.
- COSIPLAN. **Agenda de projetos prioritários, 2017**. Disponível em: <http://www.iirsa.org/>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- COSTA, C. E. L. e GONZALES, M. J. F. **Infraestrutura física e integração regional na América do Sul: uma avaliação da iniciativa para a integração da infraestrutura regional da América do Sul**. Rio de Janeiro: IPEA – Textos para discussão 2060, mar. 2015.
- ESCUADERO, C. F. **Métodos y aplicaciones de la planificación regional y local en America Latina** in Serie Desarrollo Territorial. Santiago de Chile: CEPAL – ONU, 2014.
- FIORI, J. L. Poder, geopolítica e desenvolvimento. **Revista Carta Maior**, 22. ago. 2013.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. In: FREIRE D’AGUIAR (org.) **O essencial de Celso Furtado**. São Paulo, Penguin/Companhia das Letras. 2013.
- HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Singular Editora, 2010.
- IGLESIAS, E. V. El papel del Estado y los paradigmas económicos en América Latina. **Revista de la Cepal**, n. 90, dic. 2006.
- IIRSA. **Cartera de proyectos 2017**. Disponível em: <http://www.iirsa.org/>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- LAVALLE, J. L. **Instituciones y instrumentos para el planeamiento gubernamental en America Latina**. CEPAL – IPEA: Textos para Discussão, 2010.



OBSERVADR







# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

LIRA, L. **Revalorización de la planificación del desarrollo**. Serie Gestión Pública. Santiago de Chile: ILPES – CEPAL – ONU, ago. 2006.

MARTNER, R. e MÁTTAR, J. J. (compiladores). **Los fundamentos de la planificación del desarrollo en America Latina y el Caribe**. Textos seleccionados del ILPES (1962-1972). Santiago de Chile: CEPAL – ONU, dic. 2012.

MÁTTAR, J. J. e PERROTTI, D. E. La planificación como instrumento de desarrollo com igualdad en America Latina y el Caribe. **Tendencias y desafíos**. Serie Gestión Pública. Santiago de Chile: CEPAL – ONU, may. 2014.

MATUS, C. O plano como aposta in **Planejamento e Orçamento Governamental**, coletânea – volume 1. Giacomini, J. e Pagnussat, J. L. Brasília: ENAP – Escola Nacional de Administração Pública, p. 115-144, 2006.

PAVEZ, M.I. **Arquitecto Luis Muñoz Maluschka**. Planificador territorial en Chile. Santiago: Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Chile, 2012.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda., 2013.

PUJADAS, R. e FONT, J. **Ordenación e planificación territorial**. Madrid: Editorial Síntesis, 2008.

RACINE, J. B., RAFFESTIN, C. e RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geografia**, v. 45, n. 1, p. 123-135, jan.-mar. 1983.

REVISTA MÁS ENERGÍA. Edição de 08 de junho de 2020. Disponível em: <https://mase.lmneuquen.com/>. Acesso em 19 ago. 2020.

RÜCKERT, A. A. e CARNEIRO FILHO, C. P. América do Sul: Infraestrutura em regiões periféricas e tendências atuais. RBED. **Rev. Bras. Est. Def.**, v. 5, n. 1, p. 329-361, jan./jun. 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

VIEIRA, J. C. As experiências de integração de ALALC e ALADI. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 9, n. 1, 2015.

## Notas

<sup>i</sup> Patrick Theuret - Socialismo de Mercado: debate entre socialistas. In CORRESPONDENCIAS INTERNACIONALES. Disponível em: [http://www.ospaal.org/corint/numero\\_4/esp\\_4/socmerca.htm](http://www.ospaal.org/corint/numero_4/esp_4/socmerca.htm). Acesso: em 15 jan. 2019.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

<sup>ii</sup> A Aliança para o Progresso (AP) era um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas, o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este, em 1961. (...) Ao longo de quase dez anos de funcionamento, a AP recebeu inúmeras críticas tanto de especialistas, por conta das deficiências de sua estrutura e a irrealidade de suas metas, como de setores liberais e de esquerda da opinião pública latino-americana, que a encaravam como instrumento a serviço dos interesses dos EUA no hemisfério. A partir de 1970, a análise e coordenação de seus programas passaram à responsabilidade da OEA.

FGV CPDOC. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ejGYsysq4DoJ:www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/alianca-para-o-progresso-1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 fev. 2019.

<sup>iii</sup> “Fala-se em “desenvolvimento a convite” ou associado para referir-se a países com acesso privilegiado aos mercados e aos capitais das grandes potências, obtidos em troca da submissão à sua política externa e à sua estratégia militar global. Como foi o caso (...) da Alemanha Japão e Coréia do Sul, depois da Segunda Guerra Mundial na condição de protetorados militares dos EUA”. (FIORI, 2013). Artigo publicado na Revista Carta Maior, em 01 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Poder-geopolitica-e-desenvolvimento/28779>. Acesso em: 12 jan. 2019

<sup>iv</sup> Mapas elaborados pelo autor com modificações a partir das cartas preliminares divulgadas em: <http://www.iirsa.org/> - API – Agenda de Projetos Prioritários de Integração – COSIPLAN e diagramados por Tito Lívio Barcellos Pereira. Acesso em: 21 dez. 2018.



OBSERVADR

